

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO TRIÂNGULO MINEIRO E SÃO FRANCISCO LTDA. - SICOOB ARACOOP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12 DE 2018 E 2017

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO TRIÂNGULO MINEIRO E SÃO FRANCISCO LTDA. - SICOOB ARACOOP**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **03/08/1999**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ARACOOP** possui **21** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **MONTE CARMELO - MG, ABADIA DOS DOURADOS - MG, GRUPIARA - MG, ESTRELA DO SUL - MG, CASCALHO RICO - MG, ARAGUARI - MG, COROMANDEL - MG, ROMARIA - MG, MORADA NOVA DE MINAS - MG, TRÊS MARIAS - MG, PIRAPORA - MG, IBIAÍ - MG, CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS - MG, DELTA - MG, UBERLÂNDIA - MG, ARAXÁ - MG.**

O **SICOOB ARACOOP** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Situação especial

Em **2018**, a **SICOOB ARACOOP**, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais de Uberlândia LTDA. – SICOOB CRED UFU, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 01/08/2018 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN conforme processo nº 9900952424 e demonstrado abaixo os incrementos patrimoniais mais significativos em 01/08/2018:

ATIVO	Incorporadora	Incorporada	Somatório	%
Disponibilidades	5.525.113,08	688.672,06	6.213.785,14	12,46
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.877.304,74	-	6.877.304,74	0
Títulos e Valores Mobiliários	5.492.289,77	-	5.492.289,77	0
Relações Interfinanceiras de Liquidez	94.500.296,31	4.926.624,47	99.426.920,78	5,21
Operações de Crédito	497.863.176,03	30.465.232,77	528.328.408,80	6,12
(-) Provisão para Operações de Crédito	-14.129.499,05	-504.426,59	-14.633.925,64	3,57
Outros Créditos	4.707.872,47	488.147,29	5.196.019,76	10,37
Outros Valores e Bens	4.644.603,29	27.260,00	4.671.863,29	0,59
Permanente	21.083.023,58	3.429.307,47	24.512.331,05	16,27
Total	626.564.180,22	39.520.817,47	666.084.997,69	6,31

PASSIVO	Incorporadora	Incorporada	Somatório	%
Depósitos	286.628.695,12	14.535.301,88	301.163.997,00	5,07
Recur.de Aceites Cambiais, LI e Hip., Debent.e Similares	35.088.870,74	-	35.088.870,74	0
Relações Interfinanceiras	173.420.255,51	-	173.420.255,51	0
Relações Interdependências	5.893.494,21	74.268,04	5.967.762,25	1,26
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.124.160,09	3.511.939,37	18.636.099,46	23,22
Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	301.389,51	-	301.389,51	0
Outras Obrigações	9.081.526,94	1.511.687,39	10.593.214,33	16,65
PATRIMÔNIO LIQUIDO				
Capital Social	59.038.943,12	13.726.784,72		-100
Reserva Legal	28.300.834,71	4.518.776,66	32.819.611,37	15,97
Sobras do 1º Semestre	12.385.543,18	1.448.840,74	13.834.383,92	11,70
Resultado do mês 07/2018	1.300.467,09	193.218,67	1.493.685,76	14,86
Total	626.564.180,22	39.520.817,47	593.319.269,85	6,31

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 04/02/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

u) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	6.324.683,24	4.049.670,28
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.758.469,00	5.465.599,52
Relações interfinanceiras - centralização financeira	103.495.759,65	92.991.517,33
TOTAL	114.578.911,89	102.506.787,13

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa	7.098,44	9.865.055,46
TOTAL	7.098,44	9.865.055,46

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CENTRAL CECREMGE, com remuneração de, aproximadamente, 93% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao Bancoob para repasses do crédito rural.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	103.495.759,65	92.991.517,33
TOTAL	103.495.759,65	92.991.517,33

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	622.557,47	0	622.557,47	603.860,22
Empréstimos	154.461.627,90	189.354.302,15	343.815.930,05	182.716.958,14
Títulos Descontados	50.919.431,56	0	50.919.431,56	37.715.934,42
Financiamentos	10.934.269,45	20.296.317,32	31.230.586,77	10.643.768,41
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	115.184.336,03	164.692.885,08	279.877.221,11	107.157.631,82
(-) Provisões para Operações de Crédito	-19.094.357,60		-19.094.357,60	-11.969.494,76
TOTAL	313.027.864,81	374.343.504,55	687.371.369,36	326.868.658,25

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	8.255.764,45	-	245.202,73	1.189.664,26	9.690.631,44	-	3.464.964,21	-
A	0,50%	Normal	247.888.461,84	5.252.185,26	18.304.994,66	238.781.400,58	510.227.042,34	-2.551.135,21	231.046.325,69	-1.155.231,81
B	1%	Normal	78.974.406,38	7.612.603,77	9.543.586,26	33.217.137,09	129.347.733,50	-1.293.477,34	70.193.040,86	-701.930,59
B	1%	Vencidas	2.613.255,76	61.579,50	65.134,36	206.918,30	2.946.887,92	- 29.468,88	2.456.430,02	- 24.564,48
C	3%	Normal	12.258.662,17	2.145.277,89	1.487.086,00	3.481.180,46	19.372.206,52	- 581.166,20	9.171.812,76	- 275.154,50
C	3%	Vencidas	2.419.151,38	128.881,54	198.722,54	121.600,62	2.868.356,08	- 86.050,68	2.321.376,09	- 69.641,46
D	10%	Normal	5.788.579,40	1.001.550,15	767.615,22	1.788.946,32	9.346.691,09	- 934.669,11	2.308.336,26	- 230.833,81
D	10%	Vencidas	2.629.034,75	144.364,22	217.234,77	305.337,96	3.295.971,70	- 329.597,17	6.116.848,74	- 611.685,05
E	30%	Normal	2.886.166,70	231.082,93	189.276,16	13.693,52	3.320.219,31	- 996.065,79	994.714,13	- 298.414,42
E	30%	Vencidas	1.701.602,55	103.006,72	71.514,68	157.917,87	2.034.041,82	- 610.212,55	713.833,24	- 214.150,15
F	50%	Normal	2.312.938,99	41.637,73	69.284,72	156.537,59	2.580.399,03	-1.290.201,90	1.237.128,28	- 618.564,32
F	50%	Vencidas	1.180.557,00	66.236,91	44.635,55	177.323,15	1.468.752,61	- 734.376,31	991.651,17	- 495.825,77
G	70%	Normal	576.779,21	16.180,69	-	-	592.959,90	- 415.071,93	875.283,98	- 612.698,97
G	70%	Vencidas	399.279,38	30.186,57	7.097,94	-	436.563,89	- 305.594,72	952.027,77	- 666.419,62
H	100%	Normal	2.232.408,65	18.690,20	-	279.563,39	2.530.662,24	-2.530.662,24	2.016.990,04	-2.016.990,04
H	100%	Vencidas	6.273.177,47	114.228,92	19.201,18	-	6.406.607,57	-6.406.607,57	3.977.389,77	-3.977.389,77
Total Normal			361.174.167,79	16.319.208,62	30.607.045,75	278.908.123,21	687.008.545,37	10.592.449,72	321.308.596,21	-5.909.818,46
Total Vencidos			17.216.058,29	648.484,38	623.541,02	969.097,90	19.457.181,59	-8.501.907,88	17.529.556,80	-6.059.676,30
Total Geral			378.390.226,08	16.967.693,00	31.230.586,77	279.877.221,11	706.465.726,96	(19.094.357,60)	338.838.153,01	(11.969.494,76)
Provisões			-15.649.323,05	- 605.359,40	- 496.038,56	- 2.343.636,59	-19.094.357,60	-	-11.969.494,76	-
Total Líquido			362.740.903,03	16.362.333,60	30.734.548,21	277.533.584,52	687.371.369,36	-	326.868.660,54	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	37.317.837,94	100.773.314,14	189.354.302,15	327.445.454,23
Financiamentos	2.883.639,33	8.050.630,12	20.296.317,32	31.230.586,77
Financiamentos Rurais	20.245.155,56	94.939.180,47	164.692.885,08	279.877.221,11
Títulos Descontados	44.424.684,45	6.494.747,11	0	50.919.431,56
Conta Corrente	16.993.033,29	0	0	16.993.033,29
TOTAL	121.864.350,57	210.257.871,84	374.343.504,55	706.465.726,96

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	3.916.506,42	48.289.876,91	14.203.769,80	0,00	66.410.153,13	9%
Setor Privado - Indústria	408.367,09	8.320.203,06	2.613.973,75	7.295.572,93	18.638.116,83	3%
Setor Privado - Serviços	4.976.706,63	94.438.915,03	14.806.268,34	9.022.402,08	123.244.292,08	17%
Pessoa Física	7.530.896,79	207.309.147,87	18.886.767,38	261.998.217,25	495.725.029,29	70%
Outros	135.216,07	343.238,42	408.652,29	1.561.028,85	2.448.135,63	0%
TOTAL	16.967.693,00	358.701.381,29	50.919.431,56	279.877.221,11	706.465.726,96	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	11.969.494,76	22.592.064,43
Constituições/Reversões	13.034.223,54	11.687.441,69
Transferência para prejuízo	-5.909.360,70	-22.310.011,36
TOTAL	19.094.357,60	11.969.494,76

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	9.106.614,56	1,00%	5.269.780,34	2,00%
10 Maiores Devedores	79.006.949,32	11,00%	38.785.042,15	11,00%
50 Maiores Devedores	217.313.293,28	31,00%	99.070.996,45	29,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	29.465.110,85	13.493.356,65
Constituições	5.909.360,70	22.310.011,36
Incorporação	1.623.792,53	0
Reversões	-5.592.893,96	-6.204.562,76
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-132.887,95	-133.694,40
TOTAL	31.272.482,17	29.465.110,85

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados (a)	268.495,15	144.501,40
Rendas a Receber (b)	670.232,63	583.432,31
Diversos (c)	4.592.621,96	2.271.854,31
(-) Provisões para Outros Créditos	-589.250,27	-561.550,93
TOTAL	4.942.099,47	2.438.237,09

(a) Avais e Fianças honrados em cartão de crédito de cooperados inadimplentes acima de setenta dias.

(b) Serviços prestados às concessionárias de serviços públicos (R\$ 72.837,62), Outras Rendas – Conv. INSS e rendimentos da centralização financeira (R\$ 597.395,01).

(c) Em Diversos estão registrados antecipações salariais/fornecedores (R\$ 192.985,52), Devedores por compra de valores e bens (R\$ 2.519.398,92), Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Interposição de recurso judicial CPMF (R\$ 12.645,86), PIS (R\$ 128.652,60), COFINS (R\$ 692.557,25), Outros (R\$ 25.047,03), Impostos e contribuições a compensar (R\$ 365.129,71), Títulos e créditos a receber (R\$ 43.227,50) e Devedores diversos-País – pendências a regularizar de caixa e Bancoob e outros (R\$ 612.977,57).

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco	Outros Créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
A 0,50%	1.400.000,00	-	-	1.400.000,00	-7.000,00	356.895,76	- 1.784,48
B 1%	476.462,87			476.462,87	- 4.764,63	11,85	- 0,11
C 3%	77.880,09		100.000,00	177.880,09	- 5.336,40	117.681,70	- 3.530,46
D 10%	56.050,00			56.050,00	- 5.605,00	67.455,08	- 6.745,51
E 30%		134.287,24		134.287,24	-40.286,23	58.715,85	- 17.614,77
F 50%		17.795,59		17.795,59	- 8.897,80	12.719,57	- 6.359,80
G 70%		26.860,25		26.860,25	-18.802,18	5.076,22	- 3.553,35
H 100%	409.005,96	89.552,07		498.558,03	-498.558,03	521.962,45	-521.962,45
Total Geral	2.419.398,92	268.495,15	100.000,00	2.787.894,07	-589.250,27	1.140.518,48	-561.550,93
Provisões	- 428.711,99	- 157.538,21	- 3.000,00	-589.250,27		-561.550,93	
Total Líquido	1.990.686,93	110.956,94	97.000,00	2.198.643,87		578.967,55	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	6.827.468,52	9.508.918,36
(Provisões para Desvalorizações) (b)	-1.201.972,90	0,00
Despesas Antecipadas (c)	584.120,32	177.372,44
TOTAL	6.209.615,94	9.686.290,80

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e fundos.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	9.358.374,77	6.246.179,57
Participações inst financ controlada coop crédito	3.070.646,81	2.120.849,64
TOTAL	12.429.021,58	8.367.029,21

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso		2.754.614,19	310.485,07
Terrenos		1.031.025,58	1.327.868,63
Edificações	4%	7.453.122,70	6.597.898,38
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		-1.815.796,35	-1.169.463,05
Instalações	10%	384.820,60	228.233,76
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		-95.795,11	-153.615,36
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.252.302,57	1.956.775,53
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		-1.064.163,13	-879.161,46
Sistema de Comunicação	20%	191.663,91	193.861,49
Sistema de Processamento de Dados	20%	4.351.082,68	3.133.825,12
Sistema de Segurança	10%	1.046.160,01	944.912,91
Sistema de Transporte	20%	142.393,84	93.712,84
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		-3.284.732,82	-2.758.466,08
TOTAL		13.346.698,67	9.826.867,78

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Deposito a Vista	114.387.175,62		70.531.026,13	
Deposito Sob Aviso	119.958,76	0,46	113.552,27	0,51
Deposito a Prazo	202.639.664,10	0,48	162.446.711,98	0,53
TOTAL	317.146.798,48		233.091.290,38	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	6.038.920,00	2,00%	7.423.700,65	5,00%
10 Maiores Depositantes	44.643.756,92	12,00%	39.199.203,17	20,00%
50 Maiores Depositantes	102.344.493,41	28,00%	75.658.829,10	35,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-7.090,65	-12.371,28
Despesas de Depósitos a Prazo	-11.892.300,69	-16.228.993,45
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-1.919.326,21	-1.071.460,74
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-470.665,32	-361.286,27
TOTAL	-14.289.382,87	-17.674.111,74

12. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	46.219.542,10	18.676.578,62

As letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de emissão da Cooperativa que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central	98%CDI	27/10/2019	35.358.372,28	20.901.955,15
Recursos do Bancoob	2 a 11,25%aa	09/11/2023	304.808.310,16	96.587.058,18
(-) Despesa a apropriar Bancoob			-28.826.869,36	(7.938.702,40)
Correspondentes no País			137,46	4,56
BDMG	TJLP+1,5%	15/04/2020	230.327,70	400.467,04
TOTAL			311.570.278,24	109.950.782,53

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento (a)	10.411.256,00	11.356.221,55
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	68.286,62	135.936,31
TOTAL	10.479.542,62	11.492.157,86

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	365.813,68	250.289,10
Sociais e Estatutárias	6.124.642,42	2.869.443,43
Fiscais e Previdenciárias	970.848,32	711.234,22
Diversas	9.131.413,28	7.198.301,05
TOTAL	16.592.717,70	11.029.267,80

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros	1.264.024,37	970.299,26
Resultado de Atos com Associados (a)	3.138.043,23	1.180.744,82
Resultado de Atos com Não Associados	107.149,69	0,00
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.615.425,13	718.399,35
TOTAL	6.124.642,42	2.869.443,43

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	970.848,32	711.234,22
TOTAL	970.848,32	711.234,22

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Administrativos (a)	170.014,49	28.532,65
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (b)	313.817,96	48.629,65
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (c)	1.337.030,75	982.706,19
Provisão para Pagamentos a Efetuar (d)	2.186.296,09	1.319.049,98
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 27)	2.016.369,81	2.021.365,25
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (e)	712.679,11	354.922,12
Credores Diversos – País (f)	2.395.205,07	2.443.095,21
TOTAL	9.131.413,28	7.198.301,05

- (a) Referem-se à provisão para pagamento de capital a devolver de cooperados desligados das cooperativas incorporadas.
- (b) Refere-se a Fornecedores;
- (c) Refere-se a serviço de conta salário em nome de terceiros;
- (d) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e encargos, água, energia, aluguéis, telecomunicações e seguros.
- (e) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 26.492.212,38 (R\$ 19.423.331,71 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- (f) Refere-se às Pendências a Regularizar Bancoob, Caixa, Correspondentes no País, Saldos credores – encerramento c/c, Cheques Depositados e ainda não compensados em 31/12/2018 e Credores diversos – liquidação cobrança.

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ARACOOB** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2018**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 9.467.475,00** com recursos provenientes SICOOB Cotas Partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	78.378.245,85	54.785.260,53
Associados	36.143	28.281

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **30/04/2018**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ **617.933,30**.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	27.144.107,20	11.807.448,19
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0	0
Reversão de Reservas	4.100.000,00	0
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	31.244.107,20	11.807.448,19
Destinações estatutárias		
Reserva legal	(15.622.053,60)	(5.903.724,10)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(3.124.410,72)	(1.180.744,82)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	12.497.642,88	4.722.979,27

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
1. RESULTADO DE ATOS COM NÃO ASSOCIADOS (ANTES IRPJ/CSLL)	940.806,69	(1.774.601,64)
2.SOBRA/PERDA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO (INCLUSIVE ATOS NÃO COOP)	26.012.585,38	11.807.448,19
3.RESULTADO DE ATOS COM ASSOCIADOS	12.176.733,59	14.093.028,74
4. (+) AJUSTES MANUAIS	-	510.798,91
5. (-) AJUSTES MANUAIS	(12.895.045,10)	
6. (-) AJUSTES DO RESULTADO COM NÃO ASSOCIADOS (IRPJ/CSLL)	(317.318,92)	-
7. (=) RESULTADO COM NÃO ASSOCIADOS - DESPESAS DE IRPJ/CSLL	623.487,77	(1.774.601,64)
8. (-) OUTRAS DEDUÇÕES (CONF. RES. 129/16 E RES. 145/16)	(2.877.937,38)	(843.296,03)
9. (=) RESULTADO DE ATOS COM NÃO ASSOCIADOS CONF. ART. 87 LEI 5764/71	(2.254.449,61)	(931.485,61)

19. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

20. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	690.412,28	736.547,34
Rendas de Empréstimos	54.149.451,14	42.457.157,50
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	9.458.218,37	9.073.866,00
Rendas de Financiamentos	3.763.768,78	2.098.280,85
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	0	330.426,70
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	4.025.253,79	1.557.570,89
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	4.412.457,77	1.552.133,22
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	5.480.532,27	1.085.532,65
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	1.255.468,80	21.863,75
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	2.001.464,34	1.098.736,95
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	0	3.396.691,11
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	307.263,38	529.391,73
Rendas de Títulos de Renda Fixa	316.631,06	1.828.983,59
Rendas em Operações com Derivativos	3,53	0
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	6.571.430,75	6.254.776,64
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.035,24	3.792,18

TOTAL	92.433.391,50	72.025.751,10
--------------	----------------------	----------------------

20.1 Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	-14.289.382,87	-17.674.111,74
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-13.991.620,36	-8.626.196,26
Provisões para Operações de Crédito	-13.346.367,64	-11.973.962,18
TOTAL	-41.627.370,87	-38.274.270,18

21. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	1.920.781,42	1.377.471,78
Outras	558.430,33	0
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas	21.804,55	63.044,88
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	398.733,12	206.491,97
Crédito Receita Sipag - Antecipação	866.393,70	344.197,37
Dividendos	258.824,26	241.698,38
Distribuição De Sobras Da Central	282.350,99	0
Outras Rendas Operacionais	849.150,91	796.655,71
TOTAL	5.156.469,28	3.029.560,09

21.1 Outros dispendios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-127.349,62	-334.905,69
Despesas de Descontos Concedidos	-729.871,81	-1.867.827,98
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-40.393,24	-69.040,17
Provisão para Passivos Contingentes	0	-189.622,66
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-73.323,03	-43.222,19
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-8.248,32	-18.080,60
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-4.292,12	-10.445,77
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	-441.074,54	-396.491,48
Outras Despesas Operacionais	-419.235,30	-936.204,28
Garantias Financeiras Prestadas	-354.558,61	-124.851,83
TOTAL	-2.198.346,59	-3.990.692,65

22. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	170.921,00	280.166,88
Ganhos de Capital	29.984,81	220.386,59
(-) Prejuizos em Transações com Valores e Bens	-142.925,73	-448.142,23
(-) Perdas de Capital	-705.698,36	-1.655.039,18
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-1.327.805,02	0,00
Resultado Líquido	-1.975.523,30	-1.602.627,94

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2018**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
-------------------------------	---------	-------------------------------	-------------------

P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	10.947,11	0%	3,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	6.452.304,72	0,51%	18.805,90
TOTAL	6.463.251,83	0,51%	18.808,90
Montante das Operações Passivas	2.165.851,60	0,48%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	6.039,22	40,51	0%
Conta Garantida	85.580,86	855,81	1%
Crédito Rural	989.207,02	7.808,83	0%
Empréstimo	2.737.343,62	25.320,17	1%
Financiamento	232.600,52	1.398,31	1%
Títulos Descontados	9.995,74	49,98	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	632.859,13	0,56%	0%
Depósitos a Prazo	2.202.632,92	0,88%	0,49%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	2%	2%
Empréstimos	1,44%	1,44%
Financiamento	1,32%	1,32%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	98,87%	98,87%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,32%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,01%
Crédito Rural (modalidades)	0,04%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	1.524.035,09
Empréstimos e Financiamentos	5.921.756,92

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Carteira	Valor
Crédito Rural	10.460,69

f) No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	-220.555,14
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-2.602.063,69
Encargos Sociais	-554.464,78
Plano de Saúde	-36.241,75

24. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO TRIÂNGULO MINEIRO E SÃO FRANCISCO LTDA. - SICOOB ARACOOB**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares),

integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB ARACOOP** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 05)	103.495.759,65	92.991.517,33
Ativo Permanente - Investimentos (nota 09)	9.358.374,77	6.246.179,57
Passivo circulante e não circulante Obrigações por empréstimos e repasses (nota 13)	35.358.372,28	20.901.955,15

25. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

25.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

28. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	833.855,71	833.855,71	702.983,27	702.983,27
Para Interposição de Outros Recursos Fiscais	559.729,76	0,00	752.272,13	0,00
Outros	622.784,34	25.047,03	566.109,85	24.477,15
TOTAL	2.016.369,81	858.902,74	2.021.365,25	727.460,42

a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de julho de 2000 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

b) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB ARACOOP**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 2.847.084,99. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis, dentre os quais destacam-se uma cautelar (R\$ 960 mil) e uma fiança (R\$1.123 mil).

29. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PG. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a 50% do valor de contribuição do funcionário, limitado a 3% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 124.297,60.

ARAGUARI-MG, 04 de fevereiro de 2019.

RUI OMAR XAVIER
Contador CRC/MG 34373

SILVIO PRESLEY DOS REIS
Diretor Fin. E Coordenação